

A ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NO CONTEXTO DO MODELO DE LEWIS

Manuel dos Santos Tomásio (*)

O aparecimento de um artigo da autoria de W. Arthur Lewis⁽¹⁾ na revista *The Manchester School*, em 1954, dedicado aos problemas de desenvolvimento em países com abundância de mão-de-obra, constitui hoje um marco fundamental para a história ainda recente do pensamento económico em matéria de desenvolvimento, não só pela luz nova que projectou sobre esses problemas, mas também pelas implicações de política económica, que Lewis não tirou directamente, mas que a maior parte dos países soube ler nesse modelo e aplicar às suas realidades, mormente aqueles que haviam acabado de aceder à independência e se deparavam com a necessidade de reformular totalmente os quadros de referência herdados das potências colonizadoras.

Vinte e cinco anos depois, a mesma revista decidiu comemorar a efeméride, dedicando as sua páginas à apresentação de um balanço crítico do modelo de Lewis, à luz, evidentemente, da experiência entretanto havida ao longo desses vinte e cinco anos. Assim, o número de Setembro de 1979 dessa revista oferece a oportunidade não só a Lewis de se debruçar, mais uma vez, sobre a problemática do desenvolvimento e do emprego e de rever alguns aspectos do primeiro artigo⁽²⁾, como também a vários outros economistas de lançarem um olhar crítico e menos comprometido sobre o referido modelo.

A testemunhar a contribuição original e a importância que este autor entretanto granjeou nos meios do pensamento económico contemporâneo está o Prémio Nobel da Economia que lhe foi conferido nesse mesmo ano de 1979.

Se outras razões não houvesse, bastariam estas para justificar que também agora nos sentíssemos motivados a dedicar algumas páginas de reflexão e debate em torno do modelo de desenvolvimento defendido por Lewis. Mas a elas se deve juntar uma interrogação fundamental e para a

(*) Assistente do ISE. O autor deseja agradecer a leitura e sugestões feitas pela Prof.^a Manuela Silva, bem como as críticas formuladas no âmbito da área de desenvolvimento do Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa. Tal, porém, não significa que quaisquer erros ou imprecisões não devam ser imputados exclusivamente ao autor destas linhas.

(1) Lewis (1954). Todas as citações que seguidamente fizermos deste artigo têm por base a tradução portuguesa que aparece na obra colectiva coordenada por Agarwala e Singh (1969). Dispensamo-nos, porém, de indicar as páginas correspondentes, por não dispormos do original do referido artigo publicado em *The Manchester School*.

(2) Lewis (1979).

qual é possível hoje encontrar resposta a partir da experiência entretanto acumulada ao longo das últimas décadas: até que ponto é que as estratégias de desenvolvimento baseadas no crescimento serviram para resolver alguns dos problemas que desde o início se pretendiam debelar? Ou, feita a interrogação de maneira mais adequada ao autor que vamos analisar, até que ponto é que a estratégia de Lewis, centrada numa forte acumulação do sector capitalista, conduziu a algum resultado em termos de uma aproximação progressiva do sector de subsistência ao sector moderno, ou em termos da eliminação do desemprego e da elevação do nível de vida das populações?

Este é o aspecto que fundamentalmente nos interessa neste momento. Por isso, o objectivo principal deste trabalho será indagar acerca da adequação do modelo à realidade, nomeadamente no que respeita à representação da economia de um país dito «subdesenvolvido»⁽³⁾ através de um esquema dualista, e ainda no referente às migrações dos campos para as cidades e à evolução do emprego e dos salários no sector moderno. Como objectivo secundário, importa salientar qual a coerência interna de um modelo que se pretende apresentar ainda como válido, mesmo quando se reconheceu que as principais hipóteses em que o mesmo assentava não têm qualquer fundamento.

Com este propósito apresentaremos numa primeira parte as principais linhas de força do modelo de Lewis, muito embora não se enjeite uma interpretação pessoal do mesmo e um ou outro comentário que julgamos não dever passar em claro. Numa segunda parte, centraremos a atenção em alguns aspectos que julgamos de maior relevância e que têm a ver, como já foi dito, com o emprego, os fluxos migratórios, o dualismo sectorial e os salários. É certo que, definido desta forma, o campo de aplicação da nossa reflexão é, naturalmente, limitado, tendo em vista a multiplicidade de outros aspectos que poderiam ser abordados, quer no campo do financiamento, das relações externas e principalmente dos pressupostos ideológicos que enformam o presente modelo, quer mesmo no domínio do emprego, que aqui abordamos explicitamente. Mas, como «Roma e Pavia não se fizeram num dia», também nós não pretendemos ser *aqui e agora* uma resposta acabada à representação que Lewis nos faz do desenvolvimento.

I — Linhas fundamentais do modelo

Como ponto de partida para a compreensão do seu modelo, Lewis invoca a existência de situações económicas caracterizadas pela abundância de um factor produtivo, que é o trabalho. Em tais situações, que não são

(3) Por comodidade de exposição utilizaremos a qualificação imprópria de «subdesenvolvido», sem curar de desmontar toda a carga ideológica que a mesma comporta, enquanto originária de uma concepção de desenvolvimento cujas raízes estão presentes no artigo que nos propomos criticar em alguns dos seus aspectos.

típicas de todas as regiões do Mundo, a oferta de trabalho é praticamente ilimitada, no sentido em que a população é tão numerosa em relação aos recursos naturais e ao capital que, em determinados sectores, a produtividade marginal do trabalho se torna ínfima, nula, ou mesmo negativa. Isso é evidente na chamada agricultura de subsistência, mas também no pequeno comércio, nos serviços domésticos, na venda ambulante e em outros trabalhos eventuais.

Todas estas situações configuram aquilo a que Lewis denomina «sector de subsistência». Têm como denominador comum o facto de não utilizarem capital reprodutível (na acepção de «trabalho produtivo» de A. Smith: aquele que pode ser vendido a um preço superior ao seu custo salarial), tendo aí o trabalho unicamente a função de se reproduzir a si mesmo, sem gerar lucros. Mas, ao lado deste sector de subsistência, coexiste um «sector moderno», caracterizado justamente por utilizar capital reprodutível, com capacidade, portanto, para ampliar o processo produtivo.

Em economias com estas características, a doutrina neoclássica da substituição de factores não será aplicável, na medida em que o processo produtivo não exige um balanço optimal entre os recursos alternativos. Nesse sentido, Lewis vai então procurar solucionar o problema do desenvolvimento dentro de um quadro de análise que tenha por base as premissas da doutrina clássica. Assim, a sua tese principal pode enunciar-se sumariamente desta maneira: visto que existe mão-de-obra em abundância, que se traduz em excesso no sector de subsistência, pode esse excesso ser paulatinamente deslocado para o sector moderno, sem que tal política de «repulsa-atracção» de emprego venha a implicar custos em termos de produto, na medida em que, ao contrário do que sucedida dentro de um quadro de interpretação neoclássica, o produto gerado no sector de subsistência não pode diminuir com a saída daqueles trabalhadores que estão a mais, justamente porque a sua produtividade marginal é nula ou mesmo negativa.

O salário de subsistência, medido pelo produto médio do camponês, é o único regulador do nível salarial no sector moderno (leia-se capitalista), precisamente porque, sendo ilimitada a oferta de mão-de-obra, este sector pode recrutar o trabalho que quiser, ao nível salarial vigente. É certo que Lewis admite um diferencial da ordem dos 30 % entre o salário no sector de subsistência e o salário no sector moderno, com a função de compensar o efeito psicológico da mudança, as pressões sindicais, o custo de vida urbano mais elevado, etc.

O processo de desenvolvimento económico faz-se com base nas premissas anteriores: oferta de trabalho perfeitamente elástica, salários constantes e regulados pelo mínimo de subsistência e ainda a existência de um sector capitalista que assuma o papel de motor do desenvolvimento, indo ao sector tradicional buscar mão-de-obra e, dessa forma, absorvendo o «desemprego oculto ou disfarçado». Lewis segue então o esquema típico de

A. Smith: o crescimento é um processo em espiral. À medida que se expande a formação de capital, expande-se a riqueza, e esta expande os lucros, que, reinvestidos em grande parte, aumentam a acumulação de capital e esta o produto e os lucros, e assim sucessivamente. O processo continua até que desaparece o excedente de mão-de-obra.

A chave do sucesso de todo este processo está então na utilização que se faz do excedente capitalista. Na medida em que ele é canalizado para o investimento produtivo, a reprodução alargada nunca mais cessará, e o desemprego vai assim sendo absorvido. É claro que se coloca aqui o problema, já enunciado por Malthus e controvertido por Ricardo e Say, da possibilidade de o processo ser interrompido pelo excesso de produção relativamente à capacidade de aquisição da mesma por parte dos trabalhadores. Mas Lewis vai seguir, mais uma vez, a interpretação clássica ortodoxa, deixando subentender a chamada «lei dos mercados», segundo a qual toda a oferta irá gerar uma procura correspondente.

O nó da questão reside totalmente no processo de acumulação:

O problema central da teoria do desenvolvimento [diz Lewis] é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais de 4 % ou 5 % do seu rendimento nacional, ou ainda menos, se transforma numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta dos 12 % ou 15 % do rendimento nacional, ou mais [...] ⁽⁴⁾

Teoricamente, essa acumulação poderia fazer-se a partir das poupanças geradas nas diferentes componentes funcionais do rendimento nacional. Contudo, Lewis considera que só existe uma classe capaz de poupar de maneira significativa para alimentar o processo de acumulação. Dada a distribuição assimétrica dos rendimentos (10 % da população detendo 40 % do rendimento nacional), 90 % da população nunca estará em condições de aumentar a sua poupança. Por conseguinte, só os rendimentos provenientes dos lucros poderão cumprir esse papel. Como ele diz, «a formação de capital e o progresso técnico não resultam de salários crescentes, mas antes da *elevação da participação dos lucros no rendimento nacional*» ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Será com base nesta afirmação que Rostow vai alicerçar a sua tese da passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade em fase de arranque ou de viragem (*takeoff*).

⁽⁵⁾ Sublinhado nosso. Como já atrás se observou, não é objectivo deste trabalho analisar a questão do financiamento do desenvolvimento na óptica de Lewis, mas vem a propósito sublinhar a natureza ideológica de todo o modelo, lapidariamente condensada nos três pressupostos presentes no raciocínio anterior, e sobre os quais o mesmo irá assentar:

- a) Admite-se a distribuição assimétrica dos rendimentos como um dado natural alheio ao desenvolvimento;
- b) Com base nessa assimetria, argumenta-se que 90 % da população deve ficar afastada e isenta de contribuir para a formação de capital, advogando-se,

O problema que então se levanta é o de saber como se pode alterar a repartição funcional de rendimentos a favor dos lucros. A resposta é dada pelo próprio modelo: abstraindo do aumento da população; supondo nula a produtividade marginal do trabalho no sector de subsistência, sendo possível uma oferta ilimitada de mão-de-obra e supondo constantes os salários de subsistência, decorre daí que a transferência de trabalhadores para o sector capitalista fará expandir este sector e, através dele, os lucros, sem que tal implique uma diminuição do rendimento de subsistência. Tendo partido de premissas clássicas, Lewis chega assim a uma conclusão de tipo neoclássico como é o «óptimo de Pareto», embora não invoque explicitamente a grelha de leitura paretiana: o processo de desenvolvimento faz-se conduzindo as relações técnicas de substituição dos factores (emprego) entre os sectores para um ponto tal em que todos os intervenientes venham a beneficiar do processo de substituição, ou que, pelo menos, uns beneficiem sem que os outros percam com isso. No caso concreto, beneficia o sector capitalista, mas o sector de subsistência não perde ⁽⁶⁾.

A mola propulsora do desenvolvimento está, por conseguinte, na existência de um sector capitalista significativo que, à medida que se vai expandindo, vai aumentando os seus lucros em termos absolutos e relativos e, conseqüentemente, reinvestindo cada vez mais. Procurando fazer uma aplicação, neste particular, aos países «atrasados», Lewis pergunta-se: «Porque poupam tão pouco?», e responde: «Porque o seu sector capitalista é muito pequeno.» A chave da solução para estes países passa, portanto, pelo surgimento de uma classe capitalista dinâmica (homens que pensem em investimento produtivo). Lewis não encontra maneira fácil de superar aquela carência, mas alvitra que esses empresários dinâmicos possam ser importados ou aparecer por impulso do próprio aparelho do Estado. A partir daqui, o desenvolvimento é só uma questão de tempo:

Uma vez surgido o sector capitalista, é só uma questão de tempo para que ele atinja uma dimensão considerável.

como corolário, que os lucros devem aumentar a sua participação no rendimento nacional, à custa da participação relativa dos outros rendimentos;

- c) Aceita-se como verdadeiro que há uma relação unívoca entre o incremento dos lucros e o aumento dos níveis de investimento.

⁽⁶⁾ Poder-se-ia mesmo dizer, com mais rigor, que o sector de subsistência acaba por beneficiar, na medida em que uma fracção cada vez maior dos seus activos vai passando para o sector capitalista, elevando-se, desta forma, a produtividade marginal no sector de subsistência. (Tal não implica que, individualmente, os trabalhadores que transitaram de um sector para o outro ganhem com isso, pois que o seu novo salário continua a ser regulado pelo nível de subsistência). Mas, precisamente porque se eleva a produtividade marginal no sector de subsistência, também sai elevado o produto médio nesse sector, aumentando assim o nível de subsistência que regula os salários. Quer dizer, as hipóteses implícitas acabam por se destruir mutuamente e não mais se poderá falar de salários constantes, pois eles cresceriam com a transferência sectorial do emprego. A menos que Lewis abandone a hipótese de produto médio como aferidor dos salários globais ...

Com o passo seguinte, terminam os ingredientes necessários para que se possa concluir o modelo de Lewis. Cumprindo os lucros o papel de acumulação auto-sustentada, subsiste ainda um problema de monta a superar: como se faz a acumulação primitiva? Isto é, como passa uma comunidade de uma taxa de investimento inicial de 4 % a 5 % do seu rendimento nacional para uma taxa de investimento de 12 % a 15 %? Existem várias hipóteses, mas Lewis encaminha-se preferencialmente para a expansão do crédito:

O custo real do capital gerado pela inflação é nulo neste modelo e este capital é tão útil como o gerado do modo mais respeitável (ou seja, através dos lucros).

No modelo clássico de Lewis, o financiamento inicial através de um processo inflacionário é de *custos nulos*, porque, ao contrário dos neoclássicos, não há desvio de recursos produtivos de bens de consumo para a formação de capital. Ao transferir-se a força de trabalho em excesso (de produtividade nula) do sector de subsistência para a formação de capital no sector moderno e ao pagar-se a esses trabalhadores através da criação de dinheiro novo, o resultado não será a diminuição dos bens de consumo, que permanecem constantes, mas sim o empolamento dos preços. Além disso, haverá uma redistribuição forçada do consumo, produzida com a entrada de novos trabalhadores, que têm agora acesso aos mercados desses bens. Só que o processo inflacionário então gerado não tem efeitos cumulativos, pois o mesmo acaba por se autodestruir ao fim de algum tempo, quando os lucros adicionais forem canalizados para o investimento, deixando assim de se recorrer à expansão monetária. E quando o capital novo começar a produzir bens adicionais, o nível geral de consumo começará mesmo a elevar-se. Contudo, esta solução de financiamento pela via inflacionária levanta alguns problemas de natureza prática. E o principal deles é o da sua viabilidade social. Isto é, se o período inflacionário leva muito tempo até que se atinjam novos equilíbrios, podem encontrar-se obstáculos de natureza política que inviabilizem aquela solução.

Poderíamos terminar esta primeira parte sobre as principais linhas de força do modelo de Lewis, que acabamos de traçar, chamando a atenção para a natureza clássica do mesmo e para a sua dupla característica em termos de longo prazo. Assim:

- a) Numa *perspectiva optimista*, Lewis aproxima-se mais da visão de Adam Smith, segundo a qual o processo de desenvolvimento capitalista se faz em espiral, de patamar em patamar, num crescendo que resulta da divisão do trabalho e da ampliação dos mercados. Segundo esta perspectiva, o desenvolvimento económico, para Lewis, é «só uma questão de tempo»... Os desequilíbrios que surgirão eventualmente pela inflação (eventualmente, porque a hi-

pótese inflacionária pode ser afastada por uma política fiscal adequada) serão meramente passageiros, pois que os mecanismos de mercado tenderão a repor os equilíbrios em patamares mais elevados;

- b) Porém, Lewis não deixa de temperar este optimismo com uma *perspectiva de estacionaridade* e, neste particular, ele aproxima-se da visão algo derrotista que Ricardo e Malthus partilhavam para o longo prazo. A queda da taxa de lucro conduzirá a economia para um estado estacionário, no qual não mais se fará a ampliação do capital, em virtude de a mesma taxa não ser suficientemente remuneradora:

O sector capitalista [diz Lewis] não pode expandir-se indefinidamente, visto que a acumulação de capital pode seguir mais depressa do que o aumento da população. Quando o excedente [de mão-de-obra] é esgotado, os salários começam a subir acima do nível de subsistência [e os lucros caem].

Será a constatação disto que permite a Lewis transformar o seu modelo num modelo de economia aberta. A chave que os clássicos encontraram no comércio internacional e no progresso tecnológico, como via de adiar o estado estacionário, encontra-a Lewis na abertura do país à imigração ou na exportação de capitais:

O país (mesmo quando já esgotou a sua mão-de-obra) continua cercado por outros países que possuem excedente de trabalho. Consequentemente, assim que os seus salários começarem a subir, terá início a imigração em massa e a exportação de capitais para conter o aumento.

É este um dos elementos decisivos da abertura do modelo à economia internacional, mas também um elo fundamental que explica como esta teoria se aplica tanto aos países subdesenvolvidos (em que a acumulação do capital ainda não se deu em intensidade susceptível de absorver toda a mão-de-obra) como aos países desenvolvidos (em que, uma vez transposto o estágio anterior e, portanto, esgotada a mão-de-obra nacional, há que abrir as portas à imigração e ou exportar o capital).

II — Qual a adequação do modelo à realidade?

Uma perspectiva simplista de submeter a juízo crítico a teoria do desenvolvimento apresentada por Lewis poderá ser tentada a reduzir este modelo dual a um confronto de dois sectores, que seriam representados por

uma agricultura arcaica e retrógada *versus* um sector moderno e dinâmico representado pela indústria. Nessa tentação caiu, entre outros, Michael Todaro, ao definir aquilo a que chama o modelo de Ranis/Fei/Lewis como sendo constituído por «um *sector rural de subsistência* (tradicional), caracterizado por um excedente de trabalho com baixa produtividade ou produtividade zero, e um *sector industrial urbano* (moderno), com elevada produtividade, para o qual se transfere gradualmente o trabalho do sector de subsistência» (7).

Desde já, justiça se faça a Lewis, para quem aqueles dois sectores nunca são encarados de forma tão ligeira e dicotómica, pelo menos ao nível das definições. Como já se fez notar, o sector de subsistência é uma realidade complexa, que não se confina à (nem esgota na) agricultura de subsistência, mas abrange uma distinta e variada gama de situações e actividades que têm como denominador comum a sua baixa produtividade e o facto de não concorrerem directamente para a ampliação do capital. Para além da agricultura estão, neste caso, aquelas actividades que configuram um terceiro sector urbano, de baixa produtividade, que hoje se designa por sector informal.

Feita aquela ressalva, de entre as várias questões que se poderiam colocar acerca da bipartição da economia de um país subdesenvolvido em sector de subsistência e sector moderno, centremos a nossa atenção, antes de mais, nas relações entre um e outro, começando pela questão central da transferência de mão-de-obra do primeiro para o segundo.

Migrações

Poder-se-á afirmar, em primeiro lugar, que o sector de subsistência, definido embora com aquela amplitude que lhe dá Lewis, cumpre o papel de reserva de mão-de-obra barata para o sector capitalista de tal modo que, mal a luz verde se acende no mercado de trabalho capitalista, logo aparece uma população desejosa de nele entrar? Parece, na verdade, que assim é, embora não seja essa a única função desse sector, como à frente se verá. A experiência das migrações internas e externas demonstra, na realidade, que os fluxos migratórios do sector rural para o sector urbano são uma constante em todos os processos de desenvolvimento e que os mesmos resultam, não do espírito de aventura que se apodera dessas populações rurais, desejosas de conhecer outros modos de vida e atraídas pelo sortilégio das sociedades industriais (embora a persuasão dos modelos urbanos seja um dado insofismável), mas sim porque são populações carenciadas no sentido restrito das suas necessidades fundamentais. No entanto, a mesma experiência desmente categoricamente que tais

(7) Todaro (1977), p. 215.

fluxos migratórios se processem na justa medida do crescimento e necessidade do sector capitalista, como Lewis deixa entender.

O modelo de Lewis, como, de resto, o de Ranis e Fei, é um modelo de crescimento balanceado entre aqueles dois extremos. Nele não há lugar para migrações prematuras e crónicas. Quaisquer desvios passageiros tenderiam a ser superados pelas forças do mercado. A visão que se retira é uma visão idílica, em que o desenvolvimento económico se faria à margem dos desequilíbrios estruturais, designadamente no mercado do trabalho, pois os salários reais constantes, pouco acima do salário de subsistência, serviriam de elemento dissuasor de migrações prematuras e crónicas.

Mas aquela visão optimista é desmentida pela experiência que, nas últimas décadas, tem tido a maior parte de países e regiões do Globo que se debatem com excesso de mão-de-obra. Aí o êxodo rural para as cidades não tem sido um processo gradualista, comandado pelos ritmos de crescimento do sector moderno e controlado por salários constantes. Os fluxos migratórios têm sido imensamente superiores à capacidade de absorção registada no sector moderno, como Lewis acabou por reconhecer recentemente.

De resto, é este um dos principais problemas que mais preocupam na actualidade os teóricos do desenvolvimento, especialmente aqueles que supuseram, apoiados no modelo de Lewis, que o crescimento industrial seria acompanhado por uma correlativa eliminação do desemprego oculto e aberto.

Segundo dados das Nações Unidas, apresentados por Meier⁽⁸⁾, a América Latina, durante a década de 50, apresentava já taxas de crescimento do produto da ordem dos 5,6 %, enquanto que o crescimento do emprego industrial não passava então dos 2 %. Na década de 60 o crescimento do produto total cifrou-se em 4,9 % e o emprego industrial em 2,8 %. Na Ásia e na África os resultados foram ainda mais desanimadores. A década de 70, depois de se ter iniciado sob bons auspícios, logo começa, a partir do início da crise petrolífera, a registar ritmos de crescimento extremamente baixos, em termos de produto, mas ainda mais em termos de emprego industrial, que não chega sequer para absorver o aumento natural da mão-de-obra resultante do crescimento demográfico. O resultado mais evidente desta situação (que, como se vê, não é meramente conjuntural) tem sido o aumento sem cessar do desemprego urbano, absolutamente imprevisível no modelo de Lewis. Assim é que, na maior parte dos países, o desemprego urbano real anda à volta dos 20 %, sem contar com o desemprego oculto.

O crescimento das áreas urbanas ao longo da década de 60 é estimado⁽⁹⁾ em 60 % para a África, 52 % para a América Latina e 51 % para o Sul da Ásia, sendo a principal causa desse crescimento descontrolado as migrações dos campos para as cidades. Os imigrantes situam-se fundamen-

⁽⁸⁾ Meier (1974), p. 170.

⁽⁹⁾ Todaro (1977), p. 218.

talmente nos escalões etários entre os 15 e os 24 anos, o que mostra haver por detrás do fenómeno migratório um conjunto diversificado de factores explicativos, que vão desde o impacto provocado pelos meios de comunicação (que apresentam o modelo de vida urbano com mais atractivos que o modelo rural) até à inexistência de empregos nos meios rurais após a escolaridade, tudo isso agravado ainda pelo facto de os sistemas de ensino privilegiarem uma orientação de cariz urbano, e não rural. Mas de todos esses factores sobressaem as causas de natureza económica, e essas podem sintetizar-se na pobreza generalizada que se faz sentir nesses meios.

Os efeitos líquidos desses movimentos de mão-de-obra são precisamente o contrário das previsões de Lewis. Esgota-se a mão-de-obra nos campos, sem que isso se traduza num aumento da produtividade agrícola (pois os campos ficam reduzidos a uma população envelhecida) nem num correlativo crescimento do sector moderno. Em compensação, aumenta o desemprego urbano e cresce continuamente o chamado sector informal.

Sector informal e sector moderno

Varia de autor para autor a compreensão e a extensão que se dá ao conceito de sector informal. Não é objectivo nosso escarpelizar aqui as diferentes noções até encontrar uma que se afigure mais adequada⁽¹⁰⁾. Importa-nos apenas chamar a atenção para a existência de uma zona nítida de sobreposição deste conceito com o do sector de subsistência não agrícola em Lewis, podendo mesmo recobrir uma parte de pequenos produtores independentes ou mesmo «capitalistas» (no sentido em que utilizam trabalho assalariado, mas inteiramente periféricos ao sector capitalista).

Sem entrarmos na problemática complexa das relações entre o sector moderno e o sector informal, importa, todavia, apontar para alguns aspectos que não foram abordados na visão original do modelo de Lewis nem no tratamento mais recente que o mesmo recebeu do autor, mas que se afiguram de alguma importância para os comentários que temos vindo a fazer. Entre eles é de salientar um problema ainda não inteiramente esclarecido, que consiste em saber se as imigrações se fazem directamente para o sector capitalista e se as mesmas estagiam no sector informal urbano, desempenhando aí o papel de exército de reserva que Lewis atribui ao sector de subsistência *in toto* ⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ Existe literatura abundante sobre este tema. Veja-se, por exemplo, a indicada por Godfrey (1979), p. 232, nota 4.

⁽¹¹⁾ Refira-se, a propósito, a tese de Nugent e Yotopoulos (1979). Estes autores defendem que os fluxos migratórios recentes desencadeiam um processo selectivo, baseado no recrutamento da mão-de-obra rural mais jovem e dinâmica directamente para o sector capitalista, tendo como efeito a expulsão dos trabalhadores urbanos indiferenciados para as actividades periféricas do sector informal ou mesmo para o desemprego, aumentando assim o *lumpenproletariat* das cidades.

Um outro aspecto digno de registo é o do papel de complementaridade que o sector informal desempenha, na medida em que constitui uma fonte de rendimentos suplementares para os trabalhadores do sector moderno mais mal remunerados, sendo esse um dos motivos por que certos ramos de actividade praticam salários relativos demasiado baixos, mais ainda do que os níveis de produtividade o exigiriam.

Por outro lado, o sector informal é fundamental para o processo de reprodução e ampliação do sector capitalista, não apenas enquanto exército de reserva, mas também na medida em que produz bens e serviços que representam verdadeiras necessidades que não são cobertas pelo sector capitalista.

Isto dá credibilidade à conclusão de Godfrey⁽¹²⁾ quando afirma que «todas estas relações sugerem caminhos que mostram o excedente a ser transferido do sector informal para o sector moderno, com um sector de larga escala a explorar os pequenos produtores: em primeiro lugar, enquanto lhes fornece *inputs*; em segundo lugar, através dos efeitos dos bens salariais e do rendimento suplementar; por outro lado ainda, enquanto consumidores, e, finalmente, na medida em que, desempenhando o papel de exército de reserva, estimulam taxas elevadas de migrações rurais-urbanas», amortecendo assim os choques e as tensões que, de outra forma, teriam um impacto altamente desestabilizador — concluímos nós.

Encarar o problema dos fluxos migratórios e da solução do emprego, à luz destes e de outros contornos do sector informal, parece retirar força a tais modelos de economia dual, em que o sector capitalista desempenharia a função de motor no processo de desenvolvimento, acabando o sector de subsistência por ser reduzido, na prática, a uma realidade homogéna, com a função única de reserva de mão-de-obra.

Conclusão idêntica retira um economista indiano, ao tentar analisar as tendências da economia do seu país sob a óptica do modelo de Lewis, afirmando que a «complexidade do processo de produção e das trocas não pode ser captada pela simples dicotomia do modelo de Lewis»⁽¹³⁾.

Evolução do emprego no sector moderno

Poderíamos agora tentar indagar quais as razões que estarão na origem das baixas taxas de absorção de mão-de-obra pelo sector industrial, contrariando assim as perspectivas optimistas inicialmente adoptadas por Lewis. E, de entre as várias razões que se possam enumerar, sobressai, sem dúvida, a questão das tecnologias adoptadas.

Inspirado na experiência histórica da Europa Ocidental até à 2.^a Guerra Mundial, Lewis havia admitido como certo que a acumulação do capital nos

⁽¹²⁾ Godfrey (1979), p. 233.

⁽¹³⁾ Bharadwaj (1979), p. 272.

países do Terceiro Mundo seguiria *pari passu* com a criação de empregos industriais. O que ele não imaginou foi que a formação de capital seguisse uma via tecnológica de equipamentos altamente sofisticados poupadores de trabalho. No entanto, as últimas décadas demonstraram à sociedade que esse é o caminho não só seguido pelos países industrializados, que primeiramente se debateram com a falta de mão-de-obra, como também a história recente de dependência dos países subdesenvolvidos mostra até que ponto esses mesmos países são arrastados para a adopção de tecnologias que nada têm a ver com as suas necessidades nem com a abundância de mão-de-obra de que dispõem. A distância que se verifica entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos não é reproduzida em termos de tecnologia, dada a forte dependência tecnológica dos segundos em relação aos primeiros e a especialização destes na produção de tecnologias de natureza capital-intensiva, tanto para uso interno como para exportação.

Isso mesmo acabou por reconhecer timidamente Lewis (1979), ao relativizar um dos principais esteios do seu modelo anterior, convidando a não encarar o seu esquema como um *fétiche*. É que — diz ele — a situação nos países industrializados alterou-se significativamente, após a 2.^a Guerra Mundial, com a escassez de mão-de-obra que se registou nesses países, o que obrigou a uma recomposição do emprego, levando as pessoas das ocupações mais mal remuneradas para as mais bem remuneradas e obrigando a reorganizar o trabalho nessas categorias mais mal pagas. Enquanto no século XIX a expansão do emprego industrial era acompanhada pela expansão do emprego em outras actividades de serviços (como empregados de balcão, administrativos, contabilistas, trabalhadores de hotéis e restaurantes, etc.), neste século, sobretudo após a 2.^a Guerra Mundial, todas estas ocupações se têm tornado menos trabalho-intensivas. Assim, a máquina de escrever, a fotocopiadora e o computador substituem em grande parte o trabalho de escritório, o *self-service* dispensa muitos dos empregados de balcão e dos restaurantes, os equipamentos de limpeza dispensam o trabalho de hotel, e assim sucessivamente. Tais inovações são exportadas para os países subdesenvolvidos, tendo como efeito reduzir ainda mais o número de empregos⁽¹⁴⁾.

Como se verifica, Lewis não vai ao fundo do problema da dependência tecnológica a que estão sujeitos estes países, tentando antes a via fácil de restringir a questão das tecnologias aos serviços. A constatação de que o trabalho continua a ser um factor abundante, como o era há vinte e cinco anos atrás, encontra as razões explicativas fora do sector moderno⁽¹⁵⁾.

(14) Lewis (1979), p. 222.

(15) «In practice the question is not whether the modern sector will contract, but whether it will grow fast enough to absorb those who wish leave the traditional sector, in the twentieth century demographic situation». Id., *ibid.*, p. 221.

O problema fundamental para Lewis reside ainda hoje na dimensão do sector tradicional, quando comparado com o sector moderno de fraca dimensão, e, sobretudo, no crescimento demográfico, cujas taxas são incompatíveis com esse sector moderno subdimensionado.

Evolução dos salários

Mas não é apenas no domínio do emprego industrial que as previsões de Lewis saíram desmentidas pelos factos. O mesmo se passa sobre um outro pressuposto fundamental do modelo inicial: o de que os salários reais no sector moderno acompanhariam de perto o salário médio na agricultura e que tenderiam a ser constantes.

Como o próprio Lewis reconheceu agora, esta perspectiva foi totalmente ultrapassada, na medida em que os salários reais industriais subiram bastante em países com mão-de-obra abundante. A explicação aduzida para esta subida e para a diferenciação salarial inter e intra-sectores reside na coexistência de grupos não concorrenciais, em que a determinação dos preços não se faz com base nas empresas com maior produtividade, mas antes naquelas que têm custos mais elevados. Daí resulta, ainda de acordo com a explicação de Lewis, que as primeiras recolhem lucros adicionais e podem pagar salários também mais elevados, sobretudo quando os sindicatos são fortes (o que é norma nos segmentos mais dinâmicos do sector moderno) e pressionam o patronato no sentido de conseguirem salários mais elevados.

Por outro lado, Lewis recupera a tese segundo a qual existem *profissões boas* e *profissões más*, também chamadas profissões primárias e profissões secundárias. O critério de distinção não reside propriamente no salário inicial, mas sim nas oportunidades de formação profissional e de promoção que concedem ao longo do tempo. Enquanto as primeiras estabelecem toda uma hierarquia de escalões e de salários, estimulando os trabalhadores a trepar de degrau em degrau, as segundas são estáticas, pois não dão essas oportunidades de formação e promoção.

Resulta assim que nunca faltam trabalhadores nas boas profissões, uma vez que o recrutamento se faz a partir das más profissões. E Lewis não resiste a tirar desta teoria mais uma nota de optimismo e de confiança nos mecanismos automáticos do sistema:

É assim que a prosperidade, em vez de alargar o diferencial, tende a reduzi-lo cada vez mais. De igual forma, em períodos maus, o mercado das boas profissões deixa de recrutar pessoal e a reserva de mão-de-obra barata sobe de nível. Num futuro distante, através da cessação do crescimento da população e das migrações, acabará o dualismo no mercado de trabalho. E isso acontece porque a prosperidade empurra a camada de baixo para cima e não porque a competição empurra para baixo a camada

superior. A prosperidade é, de facto, a melhor amiga das mulheres, dos grupos étnicos e do *lumpenproletariat*; em situação de prosperidade, a procura começa a ajustar-se à oferta no seu mercado próprio e as profissões que aqueles grupos desempenham serão modernizadas; sem ela, os mesmos serão submersos em actividades servis com salários ao nível de subsistência ⁽¹⁶⁾.

Este longo parágrafo que acabamos de citar é manifestamente significativo da tentativa que Lewis faz de recuperar o modelo anterior após a confissão forçada de que as coisas em matéria de rendimentos salariais não se tinham passado como haviam sido previstas. Quer dizer, partindo do facto de que o esquema de economia dual tem conduzido o desenvolvimento económico, nas últimas décadas, a acentuar esse dualismo, Lewis acaba significativamente por negar essa evidência, prognosticando para o futuro uma redução dessas diferenças através dos mesmos processos.

É a mesma conclusão que já havia tirado em 1954, se bem que agora não se veja como possa funcionar o modelo, quando alguns dos seus estímulos de sustentação caíram por terra. A explicação resulta mais de um conjunto de intenções do que de um encadeado de causas e efeitos. O horizonte que se antevê torna-se indefinido e nebuloso: *in some distant future*. Como condições para que se esbatam as desigualdades, aponta-se a *prosperity*, a cessação de migrações (como se estas fossem causa e não efeito) e a cessação do crescimento demográfico. Numa palavra, a resolução dos problemas mais prementes que hoje se colocam à política económica fica dependente de factores estranhos a este modelo. É por isso que Lewis termina o seu artigo desta forma significativa:

O dualismo continuará a ser o modo de análise apropriado, até que cessem o crescimento da população e as migrações e se crie um único mercado de trabalho ⁽¹⁷⁾.

Conclusão

Sem querermos negar o mérito e a originalidade de Lewis, quando em 1954 procurou antever um quadro de desenvolvimento para os países pobres, mas ricos em potencial humano, somos, todavia, forçados a afirmar que seria de esperar agora uma atitude de revisão mais séria. Mas, ao contrário, o que concluímos é que ele mantém em 1979 o essencial da sua concepção de 1954.

É certo que as experiências frustradas da maior parte dos países que tentaram aplicar o seu modelo o levam agora a temperar todo o optimismo inicial e a dizer que «o problema do desemprego pode ser hoje mais difícil de resolver do que foi há cem anos atrás; a pressão populacional é maior

⁽¹⁶⁾ Lewis (1979), p. 226.

⁽¹⁷⁾ Lewis (1979), p. 228.

e conduz a um maior potencial de emigrações dos campos, ao passo que a capacidade do sector moderno para as absorver é mais restrita»⁽¹⁸⁾.

Mas, apesar desta constatação, nada o leva a alterar a sua perspectiva de estratégia para o desenvolvimento. Continua a apostar no mesmo modelo de economia dual, tendo como base e como motor um sector capitalista (moderno) que deve ter o efeito de arrastamento do sector tradicional (entidade homogénea onde cabem tantas situações distintas!). Nem ao de leve se antevê a possibilidade de construção de um modelo que parta exactamente do sector tradicional para colocar como estratégia prioritária o combate ao desemprego e a garantia de todos os cidadãos poderem aceder ao mínimo das suas necessidades vitais e sociais, condicionando o crescimento e a natureza do sector moderno àqueles objectivos. De facto, poderia causar uma certa estranheza não se ver em Lewis uma alusão a novas estratégias, quando é sabido que, ao longo da década de 70, houve um número significativo de autores que, face ao rumo cada vez mais desequilibrado das economias dos países subdesenvolvidos, ensaiaram novas formulações com pontos de partida completamente distintos⁽¹⁹⁾. E a procura de respostas novas mais consentâneas com o panorama actual em matéria de desenvolvimento não se limita a autores mais ou menos marginais às correntes dominantes do pensamento contemporâneo, pois começa já a encontrar um certo eco nas instituições internacionais menos suspeitas em matéria de ortodoxia, como é o caso do Banco Mundial. Veja-se a este propósito a série de artigos aparecidos em *Finances et Développement* e em breve reunidos em brochura do mesmo Banco Mundial, sob o título *Pauvreté et besoins fondamentaux* ⁽²⁰⁾.

Por outro lado, é compreensível que este autor, que aceita como válidas as formulações da escola neoclássica, embora as não considere ajustadas aos países com mão-de-obra abundante, continue a depositar esperanças na superação daquelas dificuldades através do sistema capitalista. Formular modelos alternativos ao seu implicaria, no fundo, pôr em causa a maior parte dos pressupostos enunciados na primeira parte deste trabalho, o mesmo é dizer, implicaria destruir a lógica de funcionamento da economia assente no lucro. Seria de esperar que Lewis fizesse agora um *volte-face* ideológico, apenas para ser coerente com as implicações do seu modelo? Não serão antes os modelos, sejam eles quais forem, que terão a função de dar maior credibilidade e operacionalidade às premissas ideológicas donde se parte?

⁽¹⁸⁾ Id. *ibid.*, 223.

⁽¹⁹⁾ Veja-se, como resposta aos modelos tradicionais de economia dual, a estratégia de Chenery et al. (1974) e respectiva crítica em Griffin (1976). Veja-se ainda o modelo alternativo «Basic needs strategy», e. g., in Ghai et al. (1977) e ILO (1976).

⁽²⁰⁾ Streeten (1979); Stewart (1979); Burki (1980); Berg (1980); Chenery (1980); Hicks (1980), e Haq (1980).

REFERÊNCIAS

- AGARWALA, A. N., e SINGH, S. P. (1969) — *A Economia do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro e São Paulo, Forense.
- BERG, A. (1980) — «Une Stratégie pour réduire la malnutrition», *Finances et Développement*, vol. 17, n.º 1, pp. 23-26.
- BURKI, S. J. (1980) — «Priorités sectorielles pour la satisfaction des besoins fondamentaux», *Finances et Développement*, vol. 17, n.º 1, pp. 18-22.
- CHENERY, H. B., et alii (1974) — *Redistribution with Growth*, London, Oxford University Press.
- CHENERY, H. B. (1980) — «Pauvreté et progrès — choix pour le monde en développement», *Finances et Développement*, vol. 17, n.º 2, pp. 12-16.
- GHAJ, D. P., et alii (1976) — *The Basic Needs Approach to Development*, Geneva, ILO.
- GODFREY, M. (1979) — «Rural-Urban Migration in a 'Lewis-Model' Context», *The Manchester School*, vol. XLVII, n.º 3, pp. 230-247.
- GRIFFIN, K., e JAMES, J. (1979) — «Problems of Transition to Egalitarian Development», *The Manchester School*, vol. XLVII n.º 3, pp. 248-269.
- HAQ, M. (1980) — «Perspectives internationales et besoins fondamentaux», *Finances et Développement*, vol. 17, n.º 3, pp. 11-14.
- HICKS, N. L. (1980) — «Peut-on éviter un arbitrage entre la croissance et les besoins fondamentaux?», *Finances et Développement*, vol. 17, n.º 2, pp. 17-20.
- I. L. O. (1976) — *Employment, Growth and Basic Needs*, Geneva, ILO.
- LEWIS, W. A. (1954) — «Economic Development With Unlimited Supplies of Labour», *The Manchester School*, vol. XXII, n.º 2, pp. 139-191.
- (1979) — «The Dual Economy Revisited», *The Manchester School*, vol. XLVII, n.º 3, pp. 211-229.
- MEIER, G. M. (1974) — *Leading Issues in Economic Development* (3rd. Edition), New York, Oxford University Press.
- NUGENT, J., e YOTOPOULOS, P. A. (1979) — «What does orthodox development economics learned from recent experience», *World Development*, vol. 7, n.º 6, pp. 541-554.
- STEWART, F. (1979) — «Dans quelles mesures les différents pays parviennent-ils à satisfaire les besoins fondamentaux?», *Finances et Développement*, vol. 16, n.º 3, pp. 23-26.
- STREETEN, P. (1979) — «De la croissance aux besoins fondamentaux», *Finances et Développement*, vol. 16, n.º 3, pp. 28-31.
- TODARO, M. P. (1977) — *Economics for a Developing World*, London, Longman.